

## A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES \*

por  
GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA \*\*

A transição demográfica é uma das mais importantes teorias interpretativas da evolução das populações contemporâneas, devido à íntima ligação que estabelece com o processo de desenvolvimento e à possibilidade que oferece em seriar os países numa perspectiva macrodemográfica, classificando-os quer em pré ou pós transição quer numa das fases do processo.

A análise da evolução da população associada aos aspectos económicos, sociais e culturais das comunidades é, pois, questão fundamental na teoria da transição demográfica, cerne não só da sua problematização como da controvérsia que à sua volta se gerou. Porém, no que respeita aos Açores, não existem estudos sistemáticos nas diversas áreas científicas que possibilitem uma análise global, interdisciplinar, como seria desejável. O estudo onde se faz intervir, de um modo seleccionado, as variáveis

---

\* Todos os valores que serviram de base a este trabalho e que apresentamos em Anexo, podem ser conferidos em Gilberta M. M. P. R. Rocha, «Dinâmica populacional dos Açores no séc. XX — unidade - permanência - diversidade» (Dissertação de Doutoramento).

\*\* Professora da Universidade dos Açores.

consideradas mais relevantes, como tem acontecido noutros países e regiões, pela sua dimensão e complexidade, não se pode enquadrar nos objectivos deste trabalho.

Pensamos, no entanto, que apesar destas limitações e ainda que numa óptica estritamente demográfica, é importante situar os Açores neste processo de evolução.

Neste sentido, iremos apresentar numa primeira parte, embora de um modo bastante genérico, a teoria da transição demográfica, suas características fundamentais, seu desenvolvimento e críticas, para em seguida referenciarmos a evolução demográfica nos países desenvolvidos e não desenvolvidos, com especial destaque para a situação europeia, ponto de partida da própria teoria e espaço onde nos inserimos. Nesta perspectiva, Portugal merece uma referência particular.

Na segunda parte consideraremos as variáveis primeiras da transição demográfica, ou seja, a mortalidade, a natalidade e ainda o crescimento natural, sendo a sua evolução inserida no faseamento inerente a esta teoria. Embora respeite à totalidade do arquipélago, o nosso estudo tem como base cada uma das ilhas que o compõem. Esta óptica de análise fundamenta-se na importância do conhecimento de cada uma das partes, aparecendo o global como resultante dos principais traços observados nas diferentes ilhas.

A consideração do século XX como período de análise tem a sua justificação não só na própria teoria, onde Portugal inserido nos países do Europa do Sul apresenta uma transição relativamente tardia, como na existência de dados estatísticos, que só a partir do princípio do século surgem de um modo permanente. A insuficiência dos dados é um aspecto fundamental, que teremos oportunidade de referir aquando da análise da evolução das variáveis mortalidade e natalidade nas ilhas açorianas. Aliás, a deficiente informação é um aspecto condicionante à própria teoria, pois que a inexistência de séries estatísticas de longa

duração não respeita unicamente à região ou ao próprio País.

Como se inserem as ilhas açorianas, e o arquipélago em geral, numa teoria explicativa da evolução da população, onde as variáveis responsáveis pelo movimento natural apresentam tendências definidas, é, pois, o objectivo do nosso trabalho. Resta-nos acrescentar, que pretendemos, ainda, com a maior clareza possível, saber se os Açores na sua globalidade apresentam ou não um processo tardio de transição e até mesmo verificar se existem diferenças regionais que possam corresponder a diferentes modelos de transição.

Genericamente, a transição demográfica consiste na passagem de um estado de equilíbrio populacional, onde a mortalidade e a natalidade são elevadas, para outro estado também de equilíbrio populacional onde aqueles fenómenos apresentam níveis bastante mais baixos. A transição faz-se numa sucessão de fases históricas que se apresenta associada a um processo de modernização. Verifica-se, assim, uma sequência temporal onde primeiramente baixa a mortalidade para seguidamente decrescer a natalidade. O desfaseamento no declínio destas duas variáveis permite um crescimento da população, crescimento dependente do seu movimento natural<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Cf. entre outros J. Manuel Nazareth, *Explosão demográfica e planeamento familiar*, Lisboa, Editorial Presença, 1982; Jean Claude Chesnais, *La transition démographique*, Paris, PUF, 1986; Daniel Noin, *La transition démographique dans le monde*, Paris, PUF, 1983; Dominique Tabutin, *Problèmes de Transition Démographique*, Louvain-La-Neuve, Cabay, 1980; Regina Mcnamara, «Demographic Transition Theory» in *International Encyclopedia of Population*, John A. Ross, Center for Population and Family Health, New York, The Free Press, 1982, pp. 146-147; Frank Notestein, «Population the Long View», in *Food for the world*, edited by Theodore W. Schultz, Chicago,

Numa visão simplificada, a transição demográfica apresenta a evolução constante do Gráfico n.º 1 que a seguir representamos.

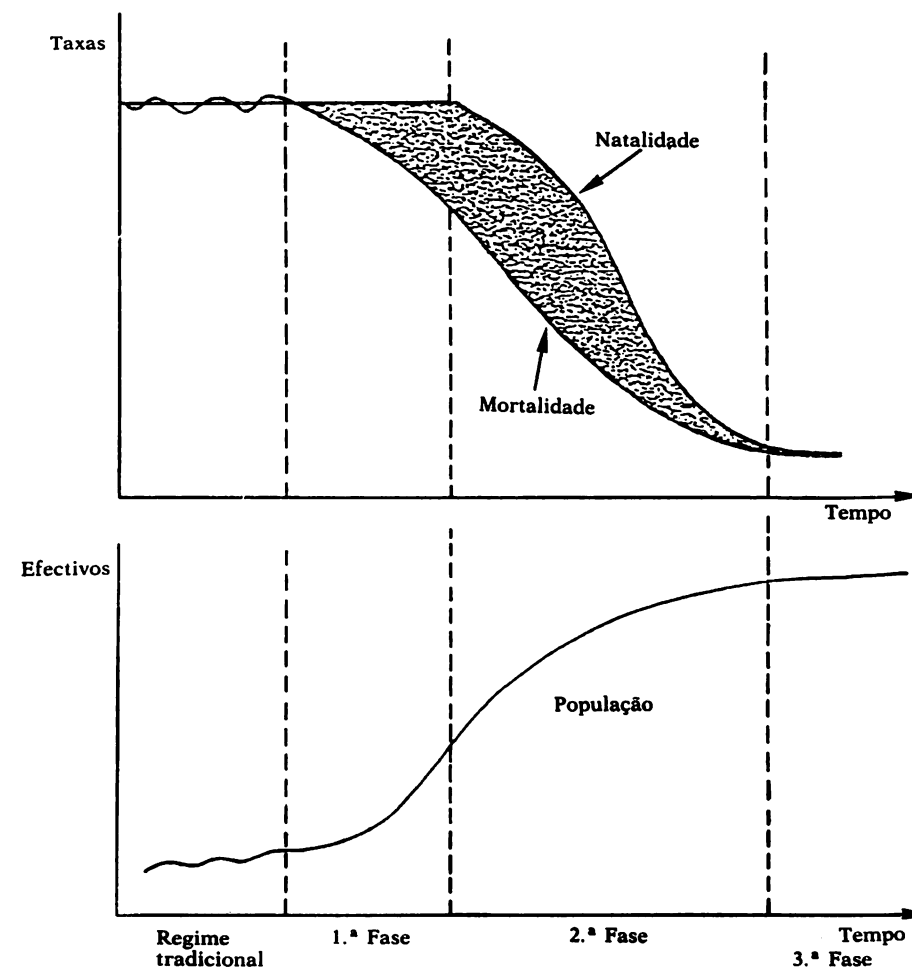
Como se pode verificar, na fase pré-transicional a população é relativamente estável, registando elevadas taxas de mortalidade e natalidade. É com o declínio da mortalidade que se inicia a 1.ª fase da transição demográfica, que apresenta, como consequência, e porque se mantêm os altos quantitativos das taxas de natalidade, um acentuado acréscimo do efectivo populacional. A 2.ª fase tem o seu princípio com o declínio da natalidade, que se verifica simultaneamente com uma contínua diminuição da mortalidade, pelo que a população tende ainda a aumentar, embora com ritmos cada vez menores, até chegar a uma nova estabilidade — a 3.ª fase ou situação pós-transicional, onde as variáveis responsáveis pelo movimento natural registam valores bastante inferiores.

A teoria da transição demográfica tem como objectivo não só fornecer uma visão da evolução da população no passado, como indicar as diversas etapas sequenciais, como ainda explicar os processos de mudança, na consideração dos seus factores determinantes e prever as tendências das diversas regiões. Temos, assim, três aspectos distintos na teoria global da transição, os quais, embora complementares, podem ser individualizadas em termos descritivos, explicativos e prospectivos<sup>2</sup>.

University of Chicago Press, 1945; Ansley Coale, «The decline of fertility in Europe from the French Revolution to World War II», in *Fertility and Family Planning: A World Review*, Edited by S. J. Behrman, L. Corsa and R. Freedman: Ann Arbor, University of Michigan Press, 1969; William and Renee Petersen, «Demographic Transition» in *Dictionary of Demography*, pp. 217-219; Michel S. Teitelbaum and Jay Winter, *The year of population decline*, London, Academic Press, 1985.

<sup>2</sup> Cf., entre outros, Jean Claude Chesnais, *op. cit.*; Daniel Noin, *op. cit.*

GRÁFICO N.º 1

Modelo de transição demográfica<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Cf. J. Manuel Nazareth, *op. cit.*, p. 78.

Tem como ponto de partida a evolução demográfica europeia dos últimos decénios do séc. XVIII até aos primeiros deste século. Com efeito, até àquela época, a população, de um modo geral, apresentava ritmos de crescimento anual médio inferiores a 1%. A mortalidade registava taxas brutas da ordem dos 35 por cada mil habitantes, os óbitos infantis rondavam os 250 por cada mil nascimentos e a esperança de vida à nascença era normalmente inferior aos 40 anos. A natalidade era também muito significativa, com taxas brutas da ordem dos 40 por mil habitantes e tanto um fenómeno como outro apresentavam variações sazonais e regionais muito importantes<sup>4</sup>.

A evolução não é uniforme e podem distinguir-se países onde a mortalidade diminui a partir dos fins do séc. XVIII, em meados do século XIX ou no início do século XX. No que respeita à natalidade também se verifica heterogeneidade, quer tenha o seu princípio também no século XVIII, meados do século XIX, início do século XX ou até entre as duas guerras mundiais<sup>5</sup>.

O aspecto descritivo da teoria, que se estende aos países não europeus, e que teremos oportunidade de referir no ponto seguinte, encontra alguma dificuldade na falta ou na deficiente informação estatística.

Efectivamente, não é fácil determinar com precisão o início da alteração dos níveis de mortalidade ou de natalidade, quando os dados não existem de uma forma siste-

<sup>4</sup> Cf., entre outros, George Tapinos, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin, 1985; Jean Claude Chesnais, *op. cit.*; Daniel Noin, *op. cit.*; J. Manuel Nazareth, *op. cit.*; Adolphe Landry, *Le Révolution démographique*, Paris, INED, 1982; Thomas Makeom, *The Modern rise of population*, London, E. Arnold, 1976; J. Manuel Nazareth e Fernando Sousa, *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime*, Cadernos, Revista de História Económica e Social, 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983.

<sup>5</sup> Cf., entre outros, Daniel Noin, *op. cit.*; Jean Claude Chesnais, *op. cit.*; J. Manuel Nazareth, *op. cit.*; Dominique Tabutin, *op. cit.*

mática e pormenorizada ou não oferecem garantias de qualidade, situação que se verifica quer nos países desenvolvidos quer nos não desenvolvidos no início do período de transição.

O declínio da mortalidade, por outro lado, embora atenuado e com grandes flutuações, verifica-se muitas vezes já em épocas anteriores. Por exemplo, na Europa, desde o século XVI que as melhorias nas condições de vida, consequência das alterações observadas na produção agrícola, nos transportes ou nas comunicações, não deixaram de influenciar os níveis deste fenómeno. Contudo, a tendência de declínio é fraca, descontínua e de ritmos bastante diferentes das registadas posteriormente, permitindo, no entanto, que o fenómeno atingisse no princípio da primeira fase quantitativos menores e, porventura, ainda mais diversificados entre as diversas regiões. A heterogeneidade não respeita, pois, unicamente aos pontos de partida, como também aos níveis observados e aos ritmos de evolução.

O período de tempo entre o declínio da mortalidade e o da natalidade é também variável, tendo este fenómeno, uma desigualdade de níveis entre as várias regiões.

Uma tão grande diversidade de situações levantou alguns problemas na sistematização da teoria, mesmo no seu aspecto descritivo, acrescentando ainda o facto de se verificarem algumas excepções nas etapas sequenciais, declinando a natalidade primeiro que a mortalidade. Podem, assim, distinguir-se transições longas de transições curtas, transições onde os fenómenos registam quantitativos iniciais mais ou menos elevados e ainda diferentes durações na fase de crescimento máximo<sup>6</sup>.

Desde a época em que surgiram os primeiros trabalhos sobre a teoria de transição demográfica, nomeadamente

<sup>6</sup> Cf., entre outros, Jean Claude Chesnais, *op. cit.*; J. Manuel Nazareth, *op. cit.*; Dominique Tabutin, *op. cit.*

com Landry<sup>7</sup> (1909, 1934), Thompson<sup>8</sup> (1929, 1946), Notenstein<sup>9</sup> (1945, 1953) que se tem procurado um conhecimento mais detalhado sobre os primeiros tempos de transição e do período pré-transicional.

A utilização dos registos paroquiais como fonte demográfica, particularmente na década de sessenta, foram fundamentais para o esclarecimento das características do Antigo Regime e como tal das diferenças que este apresenta relativamente ao período de transição demográfica. Hoje cada vez mais se vê a necessidade de analisar séries de longa duração e aplicar indicadores mais sofisticados que possam clarificar, com maior rigor, as várias etapas do processo transitório.

O estudo através das taxas brutas, inicialmente utilizado, tem sido, e sempre que possível, acompanhado de outros indicadores. No que respeita à mortalidade pelo cálculo ou estimativa da esperança de vida à nascença e mortalidade infantil; na natalidade não só através dos índices de Coale e taxas de reprodução, mas também pelo conhecimento do regime de nupcialidade, nomeadamente através da idade no casamento e proporção de celibatários, que sabemos ser determinante para o equilíbrio populacional do período de pré-transição.

No que respeita ao aspecto explicativo da teoria aponta-se de um modo genérico a «modernidade»<sup>10</sup>. Sem entrar-

<sup>7</sup> Cf., entre outros, Jean Claude Chesnais, *op. cit.*

<sup>8</sup> Id., *ibid.*

<sup>9</sup> Id., *ibid.*

<sup>10</sup> Cf., entre outros, Steven E. Beaver, *Demographic Transition Theory Reinterpreted*, London, Lexington Books, 1975; Adolphe Landry, *op. cit.*; John Caldwell, «Toward a restatement of demographic transition theory» in *Population and Development Review*, September/December, 1976, pp. 321-366; Ronald Freedman, «Fertility Decline-Theories» in *International Encyclopedia of Population*, pp. 258-266; Sikantan e Sivaswomy, «Fertility Decline-Threshold Hypothesis» in *International Encyclopedia of Population*, pp. 266-267; John Knodel

mos no significado exacto desta expressão, não restam hoje grandes dúvidas de que a transição demográfica surge intimamente associada à revolução industrial, tendo até sido denominada por Landry, numa primeira fase, como revolução demográfica. Com efeito, são semelhantes quer na intensidade quer nas repercussões. O termo transição, posteriormente adoptado apresenta, no entanto, a vantagem de clarificar a existência de um estádio entre duas situações de estabilidade.

Sendo a revolução industrial, primeiro e essencialmente, uma modificação no processo de produção, na economia, compreensível se torna que os factores de carácter económico surjam, desde sempre, entre os principais determinantes da transição demográfica.

Não cabe no âmbito deste pequeno trabalho, cujo objectivo é estritamente demográfico, apresentar desenvolvida e criticamente a polémica existente em torno da importância dos diversos elementos intervenientes. Toda a evolução económica da era pré-industrial, industrial ou pós-industrial interliga-se casual e conseqüentemente aos mais diversos aspectos sociais. Óbvio se torna, assim, que os determinantes sejam das mais variadas áreas científicas e que à defesa quase exclusiva de uns se contraponha a importância dos outros.

A emergência dos estados modernos, a industrialização, a urbanização, a modificação do estatuto social e político da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho, o nível de instrução, a ambiência cultural, têm, pois, de ser tomadas em consideração num conjunto de elementos

e Étienne Van de Walle, «Fertility Decline-European Transition», in *International Encyclopedia of Population*, pp. 268-275; Étienne Van de Walle e John Knodel, «Europe's Fertility Transitions: new evidence and lessons for Today's developing world» in *Population Bulletin*, vol. 34, n.º 6, 1980; Jean Claude Chesnais, *op. cit.*; Ansley Coale, *op. cit.*

de ordem histórica, económica, social, política e cultural, que entendemos por «modernidade».

A questão dos determinantes, que atinge a própria transição demográfica enquanto construção teórica, está também relacionada com o terceiro ponto anteriormente referido, ou seja, o aspecto prospectivo da teoria.

Elaborada com base na evolução europeia e dos países mais desenvolvidos, pretendeu-se o seu alargamento aos países não desenvolvidos. A primeira fase, o declínio da mortalidade — que registava normalmente níveis iniciais mais elevados do que naqueles países —, processou-se de um modo relativamente rápido e quase generalizado, não levantando, de imediato, grandes dúvidas relativamente à aplicação da teoria. Na realidade, nos dias de hoje, apesar de algumas situações pontuais graves existentes no mundo, a tendência geral é no sentido da convergência dos níveis de mortalidade.

O mesmo se não pode dizer no que respeita à segunda fase, pois o declínio da natalidade nem sempre correspondeu às previsões efectuadas. Este fenómeno atingia, também, normalmente, valores mais altos do que os verificados na Europa nos séculos XVIII e XIX, sendo igualmente diverso o regime de nupcialidade. O modelo reprodutivo em duas fases — restrição dos casamentos seguido de restrição dos nascimentos — observado nos países desenvolvidos não parecia efectivar-se nos países não desenvolvidos, não obstante as campanhas de planeamento familiar aí realizadas.

O confronto doutrinal que opôs neomalthusianos e desenvolvimentistas, os primeiros defendendo o planeamento familiar no seu sentido restrito, como elemento primeiro à resolução dos problemas económicos, e os segundos defendendo que era este que levaria ao decréscimo dos nascimentos (a melhor «pílula» é o desenvolvimento), ultrapassa, de certo modo, a teoria de transição demográfica para se tornar numa das questões fundamentais da proble-

mática populacional dos últimos decénios, atingindo grande relevância em 1974 na Conferência de Bucareste.

Apesar de no ponto seguinte voltarmos a falar dos países desenvolvidos e não desenvolvidos, também de um modo muito sucinto, não quisemos deixar de referenciar agora estas questões, pois é na não concretização das previsões e nas interpretações restritivas dos determinantes da evolução demográfica, numa óptica de transição demográfica, que encontramos as principais críticas a esta teoria.

No entanto, as críticas têm contribuído para uma melhoria da análise populacional em geral e da fundamentação da própria teoria. Tem-se procurado recolher e trabalhar mais elementos estatísticos — o que permite um conhecimento mais adequado da evolução demográfica mundial —, e estudado de um modo aprofundado e inter-relacionado os determinantes, realçando-se não tanto a preponderância destes ou daqueles factores, mas a sua interdependência, o que influencia positivamente a capacidade prospectiva, agora num contexto muito mais vasto, o da «modernidade».

Não obstante a incerteza existente no que respeita à exactidão das datas, o declínio da mortalidade inicia-se na França e em alguns países do Norte da Europa, como a Suécia e a Noruega, ainda no séc. XVIII. Estende-se à maioria dos outros países europeus como a Bélgica, Países Baixos, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Áustria, Hungria, Polónia, Rússia, Itália e não europeus como a Argentina ou os Estados Unidos da América, na segunda metade do século XIX, situação que para Espanha, Portugal, Bulgária e Roménia se observa unicamente no início deste século<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Cf., entre outros, J. Manuel Nazareth, *op. cit.*; Jean Claude Chesnais, *op. cit.*; Daniel Noin, *op. cit.*; Dominique Tabutin, *op. cit.*

No que respeita ao decréscimo da natalidade, verifica-se que ele surge, também, nos finais do séc. XVIII em países como a França, a Finlândia e os Estados Unidos da América, situação que no segundo quartel do século XIX atinge a maioria dos países da Europa do Norte e Ocidental. No início deste século, a natalidade baixa na Polónia, na Rússia, em Espanha, estendendo-se na década de vinte à Bulgária, Grécia, Roménia, Jugoslávia, Portugal e Japão. Em países de povoamento europeu, como a Austrália e a Nova Zelândia, o declínio aparece nos finais do século XIX, princípios do século XX<sup>12</sup>.

Verifica-se, assim, que nos países desenvolvidos, o início do declínio dos fenómenos responsáveis pelo movimento natural das populações, apresenta três grandes fases no que concerne à mortalidade e quatro relativamente à natalidade. As taxas brutas são variadas mas, de um modo geral, da ordem dos 25 a 35% na mortalidade e 30 a 35% na natalidade. O crescimento natural é normalmente inferior a 2% ao ano e a transição demográfica é longa, variando entre os 75 e 200 anos. Esta diversidade de situações permite considerar três modelos distintos: o *modelo nórdico*, de duração muito longa, sensivelmente um século e meio, com um crescimento máximo entre 1870 e 1880; o *modelo ocidental* de duração longa, cerca de um século, com um crescimento máximo por volta de 1900; o *modelo meridional* de duração relativamente longa entre 70 a 90 anos, com um crescimento máximo após 1900<sup>13</sup>.

No que respeita aos países não desenvolvidos, e de um modo muito sucinto, podemos caracterizá-los como tendo níveis de mortalidade e natalidade mais elevados do que os países desenvolvidos no início do processo de transição, apresentando consequentemente taxas de crescimento mais elevadas. A transição tem o seu início já neste século, nuns

<sup>12</sup> Id., *ibid.*

<sup>13</sup> Id., *ibid.*

casos logo após a Primeira Guerra Mundial, enquanto que noutros só depois da Segunda. Neles podemos distinguir, também, três modelos diferentes, baseados fundamentalmente nas taxas de crescimento anual médio — sempre superiores a 2% —, já que o decréscimo da natalidade é bastante recente. Temos assim, países de *crescimento relativamente elevado* (inferior a 2,5% ao ano) como a Índia, Chile, China, Chipre; de *crescimento elevado* (entre 2,5% e 3% ao ano) como Porto Rico, Turquia, Coreia do Norte e do Sul, Indonésia, Cuba, Egipto, entre outros, e de *crescimento muito elevado* (superior a 3%) como por exemplo a Jamaica, Panamá, Costa Rica, Colúmbia, Brasil, México, Singapura, Tailândia<sup>14</sup>.

Não existe, pois, um modelo único de transição demográfica, muito pelo contrário, podemos constatar uma grande variedade de situações onde, e na generalidade, se constata que quanto mais recente tanto mais curta e intensa é a sua evolução.

No início da década de oitenta, os países desenvolvidos, que se encontram já na 3.<sup>a</sup> fase da transição demográfica, apresentam um ritmo de crescimento comparável ao do Antigo Regime, mas com níveis de mortalidade e natalidade fracas registando, não obstante algumas diferenças, taxas brutas da ordem dos 11‰ no que respeita à mortalidade e 13‰ na natalidade. A esperança de vida à nascença é de cerca de 73 anos — 72 a 76 na Europa do Norte e Ocidental; de 68 a 71 na Europa do Sul e Oriental. A taxa de mortalidade infantil é, em termos gerais, da ordem dos 20‰, com diferenças significativas entre as regiões: 20 a 25‰ na Europa do Sul e Oriental; 12 a 15‰ na Europa do Norte e Ocidental, Estados Unidos da América, Austrália e Nova Zelândia entre outras e de 8 a 9‰ na Escandinávia. O número médio de filhos por mulher varia entre 1,5 e 2,5<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Jean Claude Chesnais, *op. cit.*, pp. 269, 271.

<sup>15</sup> Daniel Noin, *op. cit.*

Nos países não desenvolvidos a diversidade é bastante mais acentuada quer na mortalidade quer na natalidade e, conseqüentemente, no crescimento natural. Os óbitos infantis variam entre os 30 e os 125 por cada mil nascimentos e a esperança de vida à nascença, em média de 57 anos, é, em alguns casos, de 43 anos podendo noutros atingir níveis semelhantes aos dos países desenvolvidos. No que respeita ao número médio de filhos por mulher encontramos valores entre 3 e 7,5<sup>16</sup>.

Nesta breve descrição da evolução demográfica mundial, numa óptica de transição demográfica, Portugal enquadra-se no modelo meridional dos países desenvolvidos, onde a mortalidade decresce no início do século XX, enquanto que para a natalidade tal só acontece nos anos vinte deste século.

No entanto, não podemos precisar com rigor, tal como acontece com a maioria dos países, quando se inicia o declínio de cada uma das variáveis, particularmente a mortalidade. Se alguns autores consideram que é por volta de 1900, ou seja, já neste século, que os níveis de mortalidade sofrem uma alteração de relevo, outros apontam para um período anterior, ainda no século XIX, enquanto que outros consideram que por volta de 1920 os valores das TBM decrescem, ficando, porém, ao nível das observadas nos fins do século passado princípios deste século, antes do acréscimo conseqüente à 1.ª Guerra Mundial e à «pneumónica», que fizeram aumentar, pontualmente, o número de óbitos em Portugal<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*

<sup>17</sup> Cf., entre outros, J. Manuel Nazareth, «A explosão demográfica», *op. cit.*; J. Manuel Nazareth, «O envelhecimento...», *op. cit.*; Mário Ferreira Lages, *A natalidade portuguesa*, Lisboa, Pontificia Universitas Gregoriana, 1979; Maria Filomena Ferreira Mendes Caldeira, *As teorias do valor e custo económico da criança. Sua importância na análise prospectiva da evolução da fecundidade em Portugal*, Évora, Universidade de Évora, 1984; Jorge Carvalho Arroeteia,

Com efeito, na linha de Noin ou Chesnais, anteriormente referidos, J. Manuel Nazareth considera: «A semelhança de vários outros países europeus foi preciso esperar pelo século XX para que as taxas de mortalidade comessem a declinar (1.ª fase da transição demográfica) de forma verdadeiramente significativa»<sup>18</sup>. Por outro lado, quer Mário Lages ou Maria Filomena Caldeira dizem que a 1.ª fase de transição deve ter começado ainda no séc. XIX<sup>19</sup>.

Todos são unânimes, contudo, no reconhecimento da dificuldade de estabelecer o início do decréscimo da mortalidade, o que é compreensível devido à insuficiência de dados, pois as estatísticas do estado civil só a partir de 1886 apresentam maior regularidade e o primeiro recenseamento é de 1864<sup>20</sup>.

O conhecimento da realidade demográfica de anos anteriores é fundamental, nomeadamente no que concerne a estudos de demografia histórica que precisem até quando se mantêm em Portugal as características do Antigo Regime, estudos que a nível nacional só existem pontualmente<sup>21</sup>.

---

*A evolução demográfica portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984; Massimo Livi Bacci, *A century of portuguese fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971; João Evangelista, *Um século de população portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1971; Jorge Gaspar, *Portugal em mapas e números*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

<sup>18</sup> J. Manuel Nazareth, «Explosão demográfica...», *op. cit.*, p. 185.

<sup>19</sup> Mário Ferreira Lages, *op. cit.*; Maria Filomena F. Mendes Caldeira, *op. cit.*

<sup>20</sup> Cf., entre outros, Massimo Livi Bacci, *op. cit.*; J. Manuel Nazareth, «O envelhecimento...», *op. cit.*; Mário Ferreira Lages, *op. cit.*; B. R. Mitchell, *European Historical Statistics 1750-1970*, New York, Columbia University Press, 1975.

<sup>21</sup> Cf. J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, «Aspectos socio-demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII» in *Análise Social*, vol. XVII (66), 1981; J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime*, Cadernos, Revista de História Económica e Social-4, Lisboa, Livraria

No que respeita especificamente à natalidade, ou seja, ao início da 2.<sup>a</sup> fase de transição demográfica, encontramos maior unanimidade entre os vários autores, situação decorrente de uma melhoria da qualidade e quantidade dos dados, já que se apontam os anos de 1920-1930, como aqueles onde este fenómeno apresenta indícios de diminuição, que se acelera, fundamentalmente, na década de sessenta.

No que respeita à 3.<sup>a</sup> fase, considera-se que ela terá o seu começo na década de setenta ou oitenta, ou seja, praticamente no período presente ou em anos muito recentes. No dizer de Maria Filomena Caldeira: «Em síntese, a nível global, o século XX é caracterizado pelo predomínio da 2.<sup>a</sup> fase de transição demográfica e tudo indica que nos dias de hoje estamos a entrar na 3.<sup>a</sup> fase»<sup>22</sup>.

Efectivamente, hoje, segundo o *Population Reference Bureau*, Portugal regista quantitativos de 15‰, 9‰, 30‰ e 70 anos respectivamente para a TBN, TBM, TMI e e<sub>0</sub>.

Pela sua importância no mais recente crescimento natural da população portuguesa, como de resto acontece em todo o mundo, é na tendência da natalidade, e de um modo particular da fecundidade, que se centram grande parte dos estudos populacionais<sup>23</sup>.

A diminuição que se apresenta relativamente lenta até aos anos sessenta, tende a acelerar-se a partir desta data, verificando-se que Portugal regista já uma situação semelhante à de outros países da Europa, quer a nível global quer, e fundamentalmente, a nível regional, onde as diferenças são acentuadas, o que não pode ser negligenciado no entendimento da totalidade do país<sup>24</sup>.

---

Sá da Costa, 1983; Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979 (Tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

<sup>22</sup> *Op. cit.*, p. 57.

A transição demográfica inserida, como dissemos, no desenvolvimento global da sociedade, tem de ser compreendida, pois, conjuntamente com outras variáveis que compõem o todo societal, nomeadamente a evolução do processo de industrialização, de urbanização do país, a estrutura da sua sociedade, desde épocas anteriores até aos anos mais recentes, quando as características inerentes à «modernidade» são, pelo menos em parte, uma realidade<sup>25</sup>.

Iremos analisar a população açoriana durante este século, época em que Portugal inicia o declínio da mortalidade e da natalidade, ou seja, apresenta o começo das três fases de transição demográfica.

Tal como já referimos, é bastante difícil determinar com precisão o início do declínio das variáveis do movimento natural, de um modo especial no que respeita à mortalidade, cujo decréscimo, ainda que moderado, se vem verificando ao longo dos tempos. Por outro lado, a taxa bruta, indicador normalmente utilizado devido às características dos elementos estatísticos existentes, é bastante influenciado pelos efeitos da estrutura populacional e nem

---

<sup>23</sup> Cf., entre outros, Óscar Soares Barata, *Natalidade e Política Social em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985; J. Manuel Nazareth, «O envelhecimento ...», *op. cit.*; J. Manuel Nazareth, «Explosão demográfica ...», *op. cit.*

<sup>24</sup> J. Manuel Nazareth, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

<sup>25</sup> Cf., entre outros, J. Manuel Nazareth, «Princípios e métodos ...», *op. cit.*; Jorge Gaspar, *Portugal nos próximos 20 anos — ocupação e organização do espaço*, I vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987; Orlando Ribeiro, *Geografia de Espanha y Portugal*, tomo V, Barcelona, Montaner y Simon, 1955; Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971.

sempre permite uma avaliação correcta da intensidade do fenómeno.

As TBM observadas nos Açores raramente ultrapassam os 25‰, mesmo nas primeiras décadas deste século<sup>26</sup>. Este valor é um dos limites inferiores geralmente indicados nos países europeus no período pré-transitório, pois, na generalidade, o montante é bem mais elevado, como tivemos oportunidade de salientar. Poder-se-á, assim, pensar que o arquipélago terá iniciado a sua transição demográfica ainda no século XIX, contrariamente ao indicado para a globalidade da região Sul da Europa e do país. No entanto, e embora não tenhamos séries suficientemente longas, verifica-se que já em meados do século XIX a situação não é muito diferente da do início do século XX, observando-se até quantitativos mais baixos<sup>27</sup>.

Altamente influenciada pela estrutura populacional, a taxa bruta não nos parece, pois, o indicador adequado para, em exclusivo, analisarmos a evolução da mortalidade. Porém, só a partir de 1940 nos é possível determinar, por ilha, a mortalidade por idades e de um modo especial a mortalidade infantil. Os valores apresentados pela TMI — da ordem dos 15‰ — permitem-nos pensar que nesta época a intensidade do fenómeno é ainda significativa<sup>28</sup>.

No que respeita à esperança de vida à nascença, as dificuldades são igualmente importantes mormente nas ilhas de menor dimensão, onde a pequenez de efectivos prejudica os cálculos, verificando-se resultados nem sempre aceitáveis, pelo que adaptamos a informação existente nas tábuas de Princeton-modelo Sul, podendo ter, assim, uma

<sup>26</sup> Cf. Anexo I.

<sup>27</sup> Gilberta P. N. Rocha e Vítor L. G. Rodrigues, «A população dos Açores no ano de 1849» in *Arquipélago*, n.º especial, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983.

<sup>28</sup> Cf. Anexo III.

evolução dos níveis que este fenómeno apresenta ao longo do século<sup>29</sup>.

Pela evolução dos indicadores mencionados, e apesar de todas as dificuldades, consideramos que nos primeiros decénios deste século a mortalidade se mantém relativamente elevada.

No que respeita à natalidade considera-se, normalmente, que uma taxa bruta de 30‰ é o limite abaixo do qual se inicia o efectivo declínio da fecundidade. Esta generalização, que tem a vantagem de ser um ponto de referência, e importante enquanto tal, tem obviamente todas as limitações inerentes à sua inserção nas características demográficas de uma população, nomeadamente no seu aspecto estrutural. Sabemos, no entanto, que na primeira fase da transição demográfica, e nos períodos anteriores, as TBN registam valores geralmente mais elevados, mesmo nos países desenvolvidos, onde as diferenças face aos não desenvolvidos é significativa.

Nos Açores, a influência da estrutura populacional nos níveis da natalidade ultrapassa também as limitações dos indicadores, interferindo de um modo muito directo na intensidade do próprio fenómeno. Na realidade, já em 1900 algumas ilhas apresentam TBN inferiores a 30‰, mesmo bem próximas dos 20‰<sup>30</sup>.

O decréscimo, lento, vai até 1940, altura a partir da qual se verifica um acréscimo que, embora de ritmo decrescente na década de cinquenta, faz com que os valores não sejam substancialmente diferentes dos patenteados nos decénios anteriores. Com efeito, só nos anos sessenta e setenta é que a TBN regista um declínio acentuado.

A desigualdade entre as ilhas no que respeita à fecundidade, parece-nos bastante mais evidente do que na mortalidade, o que dificulta uma visão global da região. No

<sup>29</sup> Cf. Anexo II.

<sup>30</sup> Cf. Anexo IV

entanto, se atentarmos nos valores do Ig (Índices de Coale), pensamos poder afirmar que pelo menos até 1950 os Açores, na sua generalidade, registam níveis de natalidade bastante elevados<sup>31</sup>.

Apesar de ser elaborado com base em indicadores pouco sofisticados, a evolução da mortalidade e da natalidade representadas no Gráfico n.º 2 permite uma visão global do que acabamos de descrever.

O crescimento natural, consequência da diminuição diferencial da mortalidade e natalidade, apresenta ritmos desiguais no processo de transição observado nos países desenvolvidos e nos não desenvolvidos. Nos primeiros observamos taxas de crescimento anual médio geralmente inferiores a 2%, enquanto que nos segundos estas ultrapassam muitas vezes os 3%.

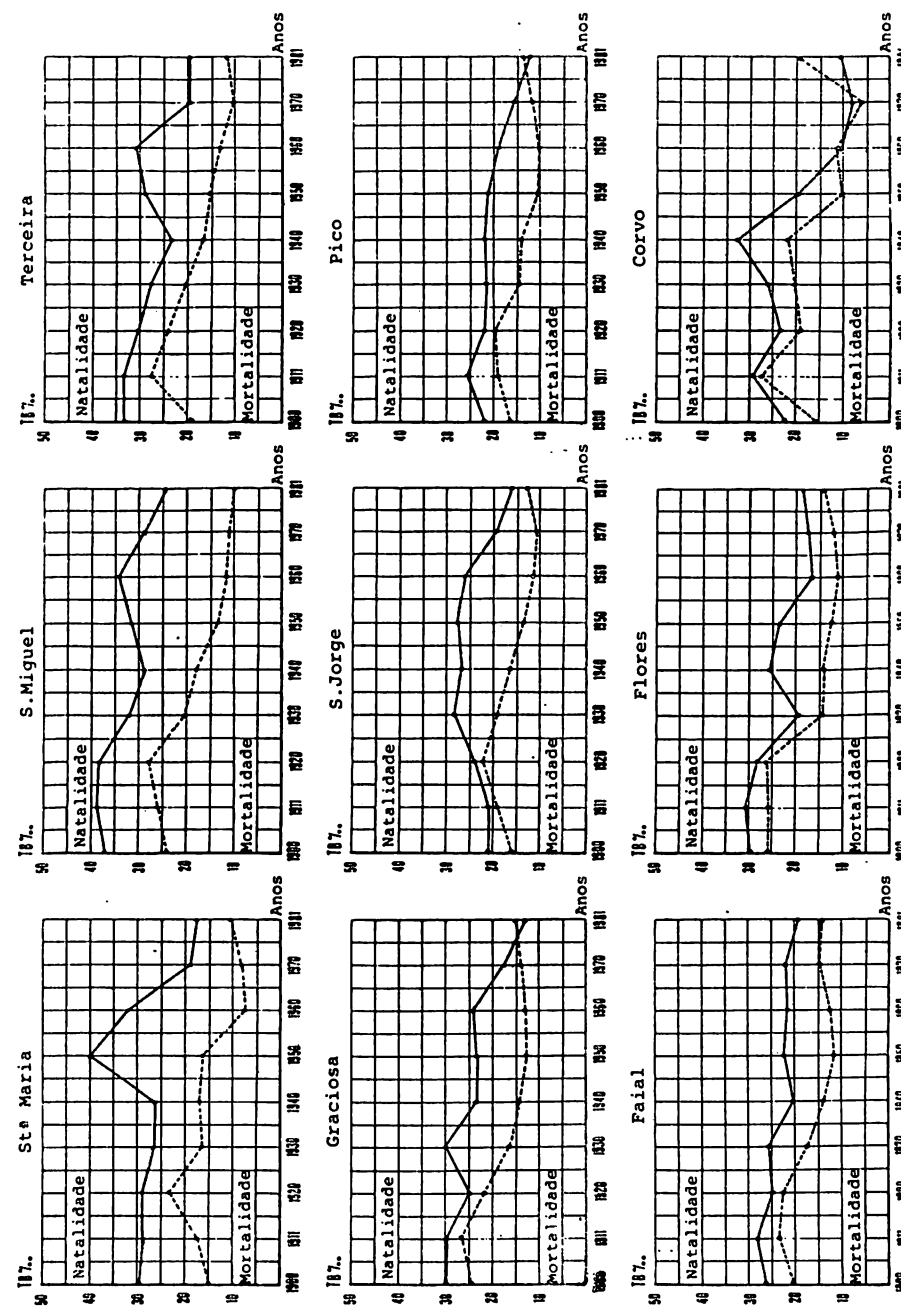
Nos Açores, o ritmo de crescimento só excepcionalmente atinge ou ultrapassa os 2% ao ano. Constata-se, porém, de uma forma perfeitamente generalizada, que as taxas de crescimento são mais baixas nos dois primeiros decénios deste século, situação que se altera ligeiramente nos anos seguintes, atingindo o crescimento os seus valores máximos entre 1940 e 1970<sup>32</sup>.

Com efeito, só nos anos setenta o decréscimo natural é significativo, com ritmos iguais ou inferiores aos patentes nos primeiros anos de mil e novecentos. No entanto, quer no início quer no fim do período em análise, o crescimento, embora inferior ao dos anos intermédios, não é representativo de uma situação de estabilidade, pelo menos em algumas ilhas, onde as taxas são da ordem dos 1% ao ano, como se pode constatar da evolução representada no Gráfico n.º 3.

<sup>31</sup> Cf. Anexo V.

<sup>32</sup> Cf. Anexo VI.

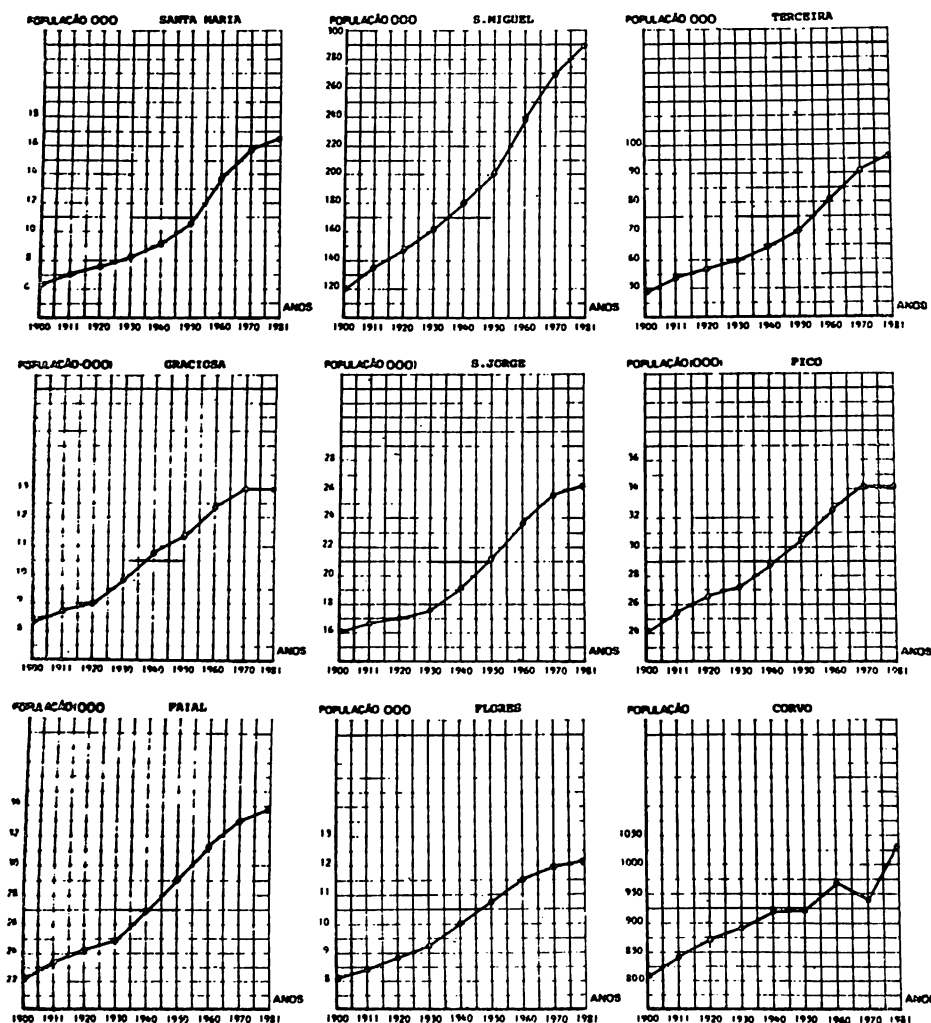
GRÁFICO N.º 2 — Evolução das TBM e TBN, nas ilhas dos Açores, por decénios, de 1900 a 1981



## GRAFICO N.º 3

## Crescimento Natural

## Crescimento Natural



O declínio da mortalidade na ilha de Santa Maria inicia-se nos anos cinquenta, como se pode verificar no Gráfico n.º 4 e comprovar, ainda, nos valores da  $e_0$ <sup>33</sup> e da TMI<sup>34</sup>, nomeadamente neste último indicador, que passa de 200‰ em 1950 para 78‰ em 1960<sup>35</sup>. O decréscimo continua nas décadas seguintes, situação que é, no entanto, pouco visível no Gráfico referido, elaborado com base nas taxas brutas.

No que respeita à natalidade, e não obstante a significativa diminuição observada nos valores da TBN de 1950 para 1960, esta tem, nesta última data, um quantitativo superior ao verificado nos anos anteriores, particularmente no início do século, o que é compreensível se atendermos ao excepcional aumento observado de 1940 para 1950. O declínio deste fenómeno inicia-se, pois, a partir de 1960, como se pode confirmar pela evolução do  $I_g$ <sup>36</sup>.

Assim, o crescimento natural verificado de 1940 para 1950, com um ritmo bastante elevado — 1,6% — não pode ser, quanto a nós, entendido num processo de transição demográfica, e como tal consequência da diferença entre os períodos de declínio dos dois fenómenos responsáveis pelo movimento natural. Deve-se, sim, ao excepcional aumento da natalidade, consequência de um aumento de intensidade da nupcialidade, de alterações na estrutura populacional e da própria fecundidade legítima. O mesmo não se pode dizer dos aumentos registados nos anos cinquenta e sessenta, principalmente no primeiro, que se inserem quanto a nós no processo de transição demográfica.

No que respeita ao início da 3.ª fase, ou seja, da estabilidade, não nos parece que ele se inicie já de 1970 para

<sup>33</sup> Cf. Anexo II.

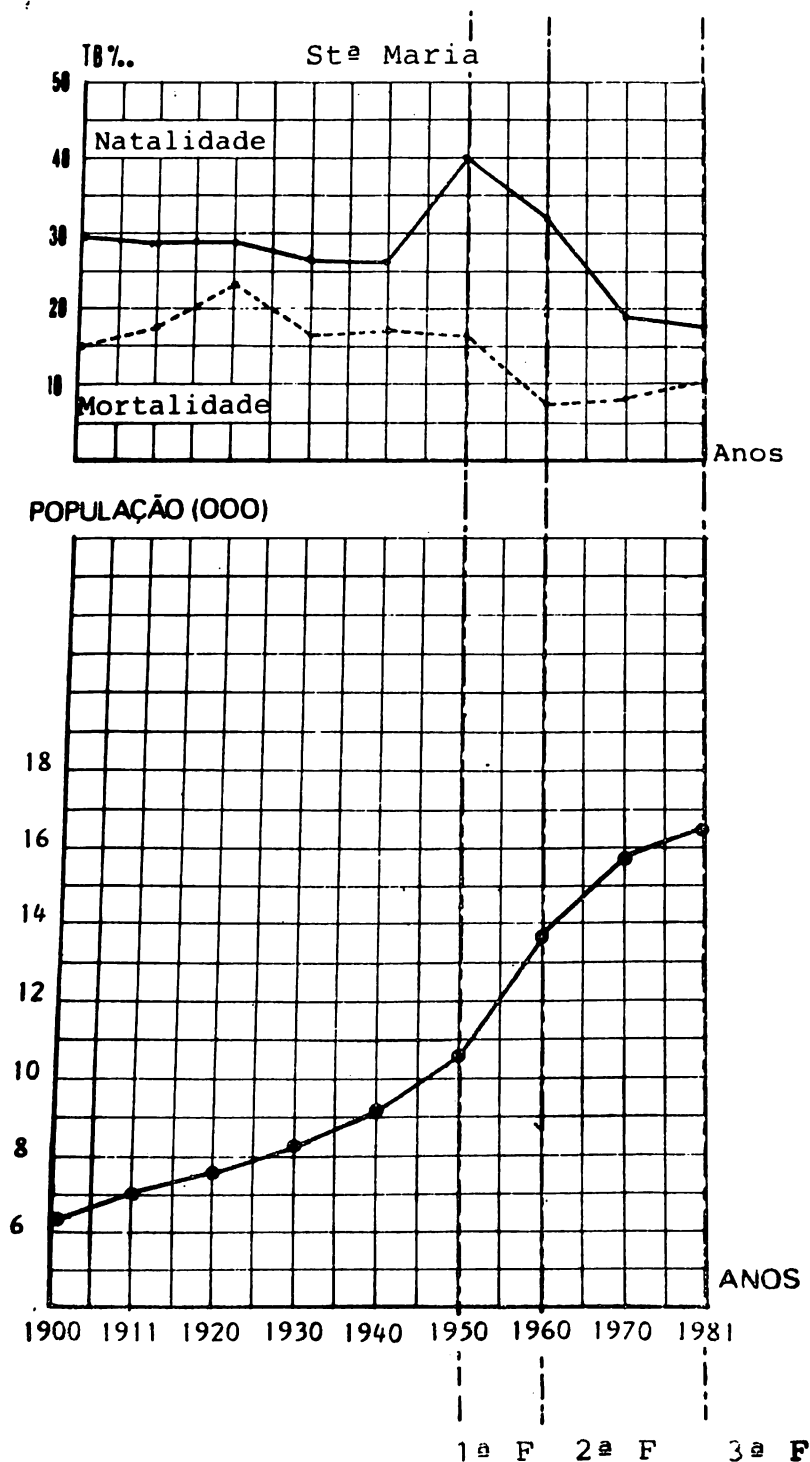
<sup>34</sup> Cf. Anexo III.

<sup>35</sup> Os valores da mortalidade infantil não respeitam à tábua tipo considerada, mas ao cálculo da taxa de mortalidade infantil clássica.

<sup>36</sup> Cf. Anexo V.

GRÁFICO N.º 4

Modelo de transição na Ilha de Santa Maria



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES

1981, embora a diferença entre os níveis de mortalidade e natalidade seja inferior à verificada no início do século. Porém, quer a mortalidade quer a natalidade, principalmente a primeira, apresentam alterações significativas de 1970 para 1981. Pensamos poder considerar que a 3.ª fase de transição demográfica respeita ao início dos anos oitenta, situação que, no entanto, só os próximos anos poderão confirmar.

Assim sendo, a transição demográfica na ilha de Santa Maria teria durado 30 anos, 10 da primeira para a segunda fase e 20 anos desta para a terceira.

O declínio da mortalidade em S. Miguel parece verificar-se a partir de 1940, pois só em 1950 observamos uma alteração significativa dos níveis dos indicadores utilizados, como se pode patentear da observação do Gráfico n.º 5.

A natalidade muitíssimo elevada durante todo o século, só declina, com efeito, a partir dos anos setenta, pois em 1981 já apresenta valores mais baixos tanto na TBN<sup>37</sup>, como no Ig<sup>38</sup>.

A diferença entre os níveis de mortalidade e natalidade é sempre significativa, e mesmo em 1981 tem uma t.c.a.m. de 1,4% superior à observada no início do século. É ainda nesta ilha que encontramos o crescimento natural mais elevado, quase 2% ao ano entre 1950 e 1970.

Se S. Miguel entra na 1.ª fase de transição demográfica em 1940, um pouco antes do que consideramos para Santa Maria, só em 1970 parece entrar na 2.ª fase, apresentando, assim, um maior período de transição já que pelo menos a 1.ª fase é relativamente longa — 30 anos.

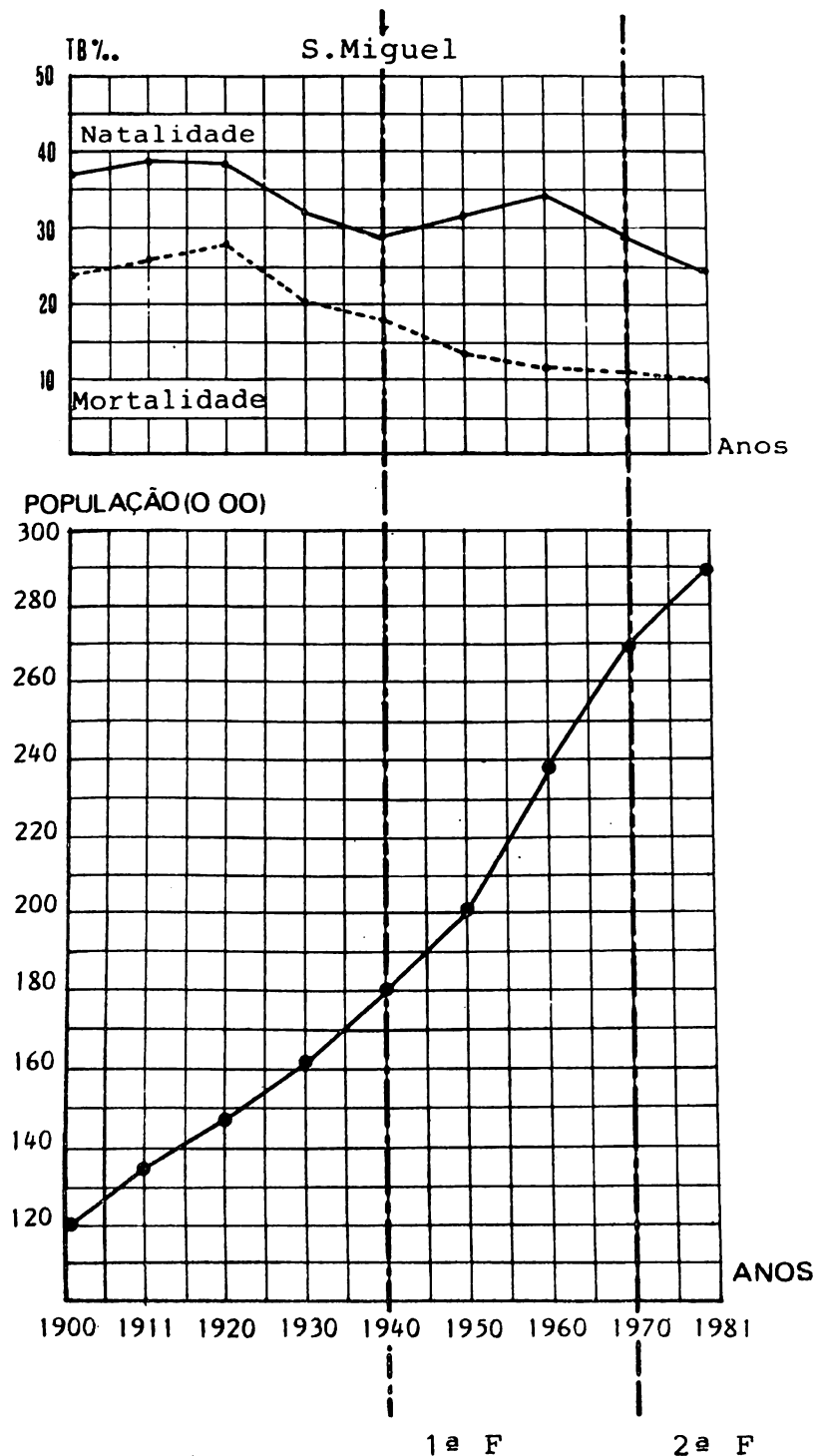
A TBM na ilha Terceira apresenta uma tendência de decréscimo bastante atenuado, tendo em 1940 valores bas-

<sup>37</sup> Cf. Anexo IV.

<sup>38</sup> Cf. Anexo V.

GRÁFICO N.º 5

Modelo de transição na Ilha de S. Miguel



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES

tante próximos dos observados em 1900. O declínio da mortalidade só parece iniciar-se em 1950, quando diminui mais significativamente a mortalidade infantil<sup>39</sup> e a esperança de vida à nascença ultrapassa os 50 anos<sup>40</sup>. Não obstante todas as incertezas existentes na demarcação da periodicidade da transição demográfica, a que várias vezes fizemos referência, cremos ser nesta data que esta ilha entra na primeira fase da transição.

No que respeita ao início da 2.ª fase, a evolução não nos surge fácil, na medida em que também se verifica um lento declínio da natalidade, nomeadamente da fecundidade legítima a partir de 1920<sup>41</sup>. No entanto, só a partir dos anos sessenta pensamos ser adequado falar no início da 2.ª fase, cujo término, tal como em Santa Maria pode respeitar já a 1981. Assim sendo, a Terceira terá um período de transição demográfica de duração semelhante ao daquela ilha.

Parece-nos, porém, que ainda é cedo para com rigor fazermos esta afirmação. Observando a curva do crescimento natural e apesar de o ritmo ser menos intenso no último decénio, não se verifica uma situação de estabilidade. Por outro lado, a diferença entre os níveis de mortalidade e natalidade são significativas, como se pode ver no Gráfico n.º 6, mas esta é uma realidade que também existe no período de pré-transição.

Na Graciosa, a mortalidade apresenta um decréscimo moderado e sensivelmente constante a partir de 1930, embora mantenha nesta data e até 1970 valores bastante elevados nalguns indicadores. Nesta última data, por exemplo, a TMI ainda apresenta um valor próximo dos 100‰<sup>42</sup>

<sup>39</sup> Cf. Anexo III.

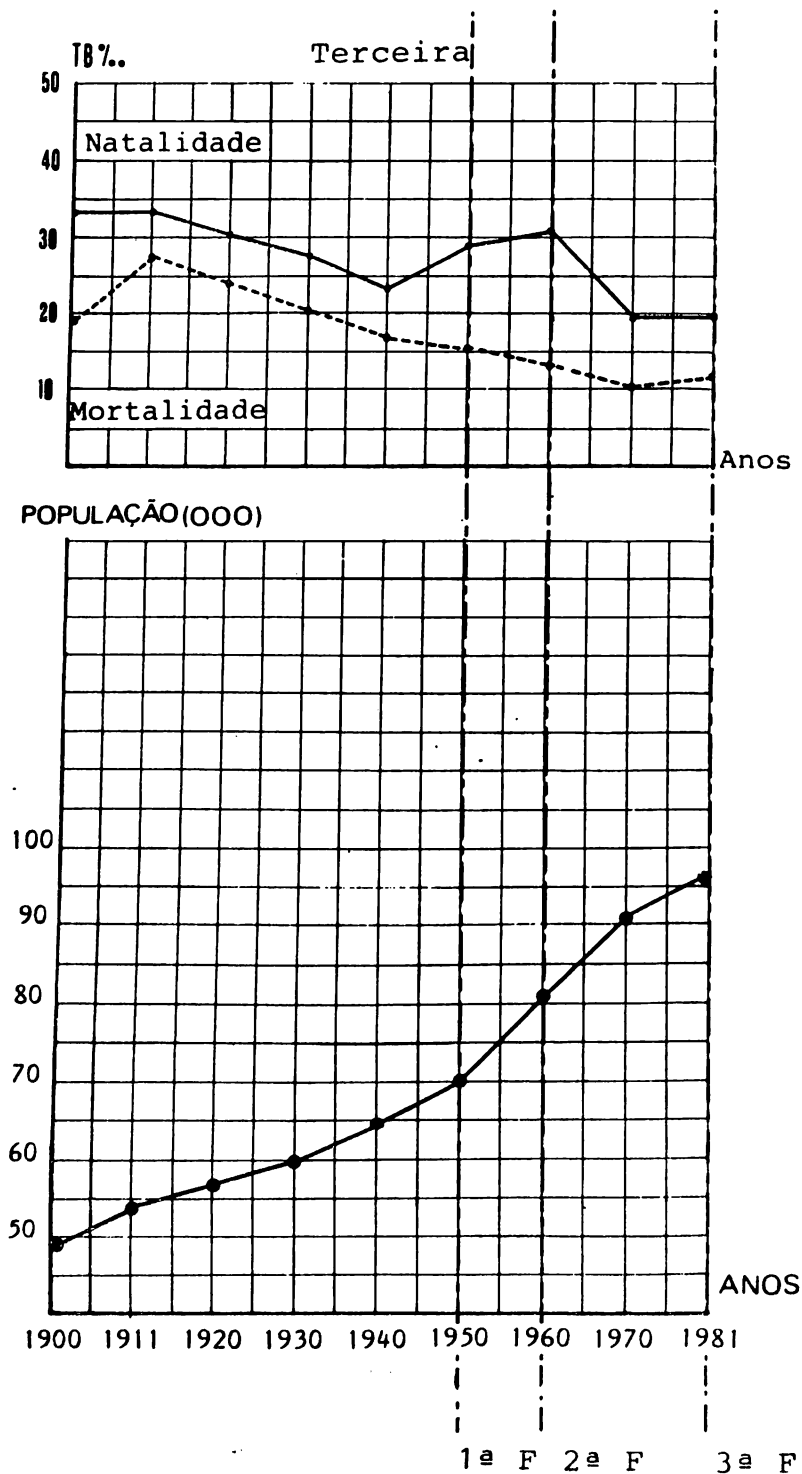
<sup>40</sup> Cf. Anexo II.

<sup>41</sup> Cf. Anexo V.

<sup>42</sup> Cf. Anexo III.

GRÁFICO N.º 6

Modelo de transição na Ilha Terceira



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES

A evolução registada no Gráfico n.º 7, nomeadamente nos últimos anos, torna visível a interferência dos efeitos da estrutura populacional.

No que concerne à natalidade, o declínio é significativo entre 1930 e 1940, quando o Ig passa de 0,524 para 0,367, mantendo-se o nível de fecundidade sem grandes alterações, também, até 1970, época em que volta a apresentar uma diminuição<sup>43</sup>.

Observando a curva do crescimento natural, verifica-se um acréscimo nos anos trinta e quarenta, que desta data em diante diminui de intensidade até estabilizar a partir de 1970.

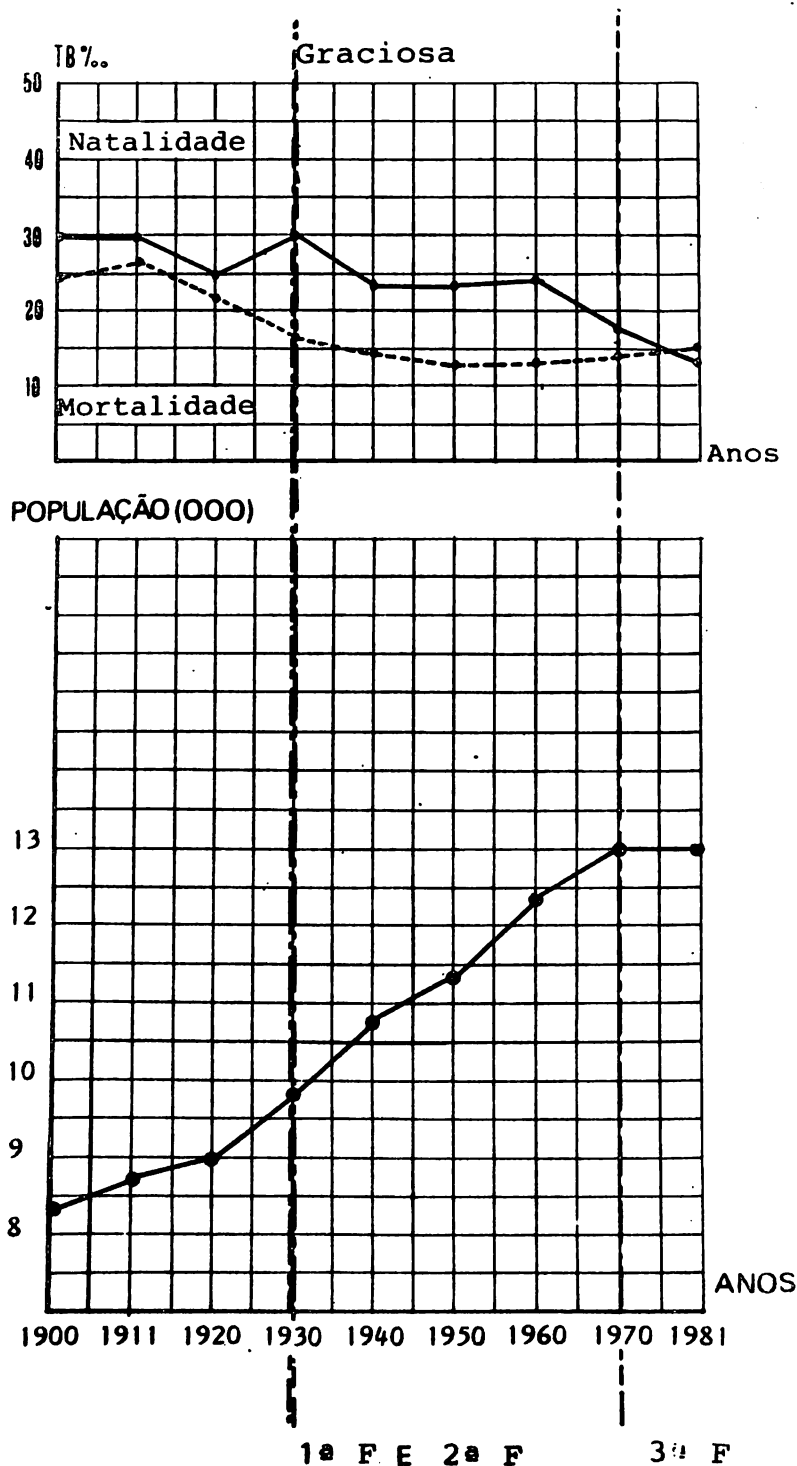
No conjunto destas tendências podemos encarar várias situações na evolução da população da Graciosa: ou a transição demográfica inicia a primeira fase em 1930, com um decréscimo praticamente simultâneo da mortalidade e da natalidade, ou o declínio da fecundidade é anterior ao da mortalidade, considerando-se um caso excepcional nas etapas sequenciais da teoria em análise. Poder-se-á ainda pensar que, devido às oscilações que sempre existem nos fenómenos, particularmente quando se trabalha com unidades de análise de poucos efectivos populacionais e à deficiente informação estatística, a Graciosa ainda se encontra numa estabilidade característica do período de pré-transição.

Não acreditamos que esta última hipótese seja a mais adequada, na medida em que reputamos relevantes as alterações verificadas, quer nos níveis de mortalidade quer de fecundidade, ao longo de todo o século. Pensamos ser de considerar a 1.ª hipótese, ou seja, um declínio inicial da mortalidade e da natalidade em épocas pouco diferenciadas. Porém, as dificuldades já apontadas para a análise da tendência populacional numa óptica de transição demográfica, adquirem pleno significado na ilha Graciosa. Cremos mesmo que só uma abordagem ampla, relacionada com o desen-

<sup>43</sup> Cf. Anexo V.

GRÁFICO N.º 7

Modelo de transição na Ilha Graciosa



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES

volvimento — a «modernidade» nos seus diversos aspectos — poderá, de um modo mais adequado, equacionar correctamente o processo transitório nesta ilha.

Se observarmos o Gráfico n.º 8, constata-se que o declínio da mortalidade em S. Jorge parece iniciar-se unicamente a partir dos anos sessenta, adquirindo maior intensidade na década posterior. No entanto, esta ilha sofre uma grande alteração da sua estrutura populacional nos anos trinta, quarenta e cinquenta, o que, sem dúvida, interfere nos valores que o Gráfico representa. Se atentarmos nos quantitativos de esperança de vida à nascença<sup>44</sup> e da mortalidade infantil<sup>45</sup>, verificamos que ele é anterior, já bastante visível em 1950.

No que respeita à natalidade, e servindo-nos também de um indicador liberto dos efeitos estruturais (Ig)<sup>46</sup>, o seu decréscimo situa-se fundamentalmente na década de sessenta.

Com efeito, é entre 1930 e 1970 que o aumento populacional atinge os seus maiores ritmos, que no primeiro decénio (1930-1940) nos parece ser mais consequência das alterações verificadas no volume e na estrutura populacionais do que ao diferencial no decréscimo da mortalidade e natalidade.

Assim, provavelmente, a primeira fase de transição demográfica terá tido o seu início em 1940, a segunda em 1960 e a terceira em 1981.

Apesar de todas as condicionantes, nomeadamente no que respeita à deficiente informação estatística, pensamos poder afirmar que o declínio da mortalidade na ilha do Pico é comparativamente precoce, provavelmente com início

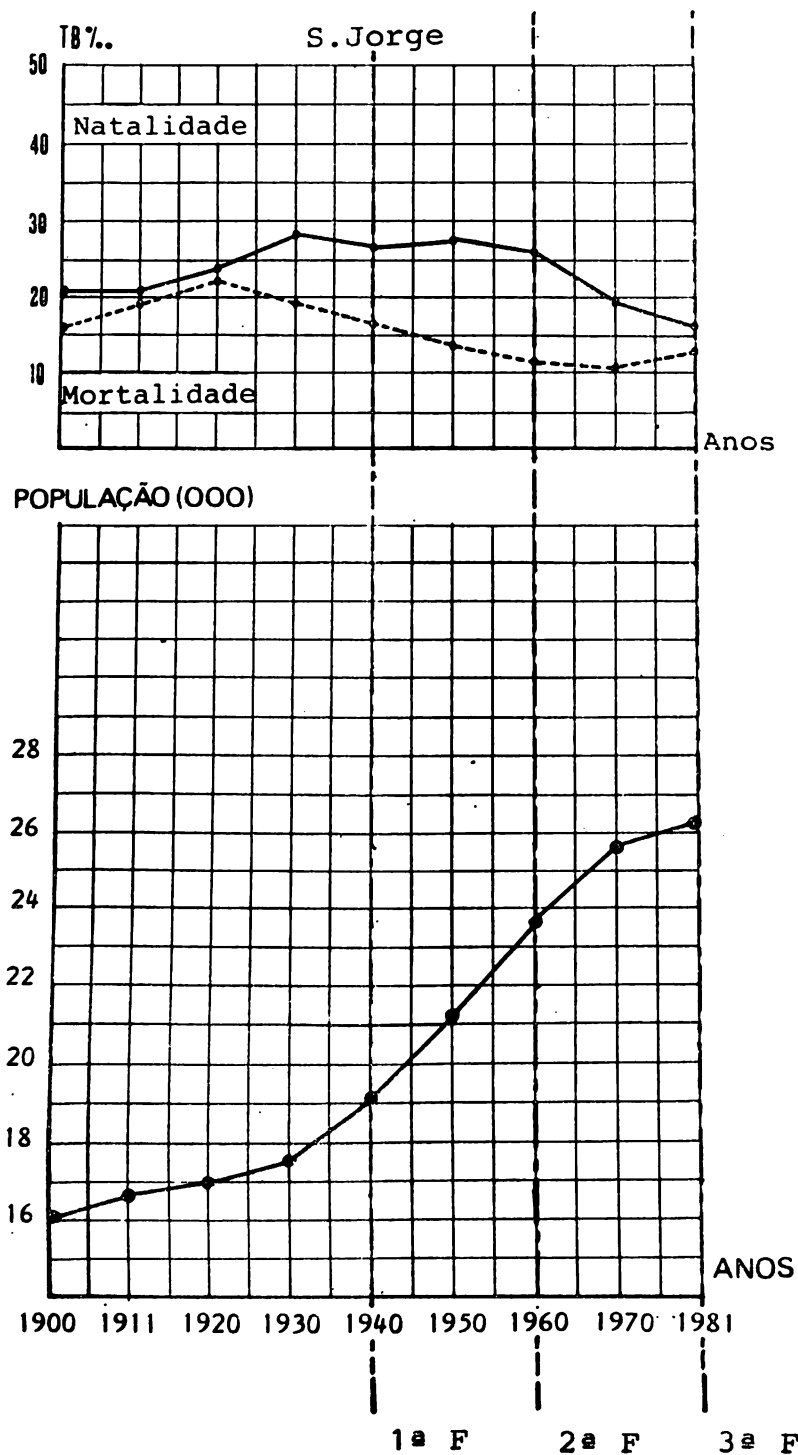
<sup>44</sup> Cf. Anexo II.

<sup>45</sup> Cf. Anexo III.

<sup>46</sup> Cf. Anexo II.

GRAFICO N.º 8

Modelo de transição na Ilha de S. Jorge



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES

na década de vinte. Em 1940, com efeito, a esperança de vida à nascença já está bastante distanciada dos 50 anos<sup>47</sup> e a mortalidade infantil próxima dos 100 por cada mil nascimentos<sup>48</sup>.

O mesmo se observa na natalidade, possivelmente com uma década de atraso relativamente à mortalidade. O crescimento populacional, que nunca atinge uma taxa de 1% por ano, parece dever-se fundamentalmente às diferenças registadas na intensidade dos fenómenos — uma realidade, aliás, verificada em todas as ilhas, onde a natalidade atinge níveis normalmente superiores à mortalidade — e não a um declínio temporalmente muito distanciados dos mesmos.

Podemos pensar, pois, que a transição demográfica começa nos anos vinte, sem grandes diferenças nos períodos de início de declínio da mortalidade e da natalidade, e que na década de setenta o Pico entra na 3.ª fase de transição demográfica. O processo transitório, será, pois, mais precoce e nalguns casos mais longo do que noutras ilhas.

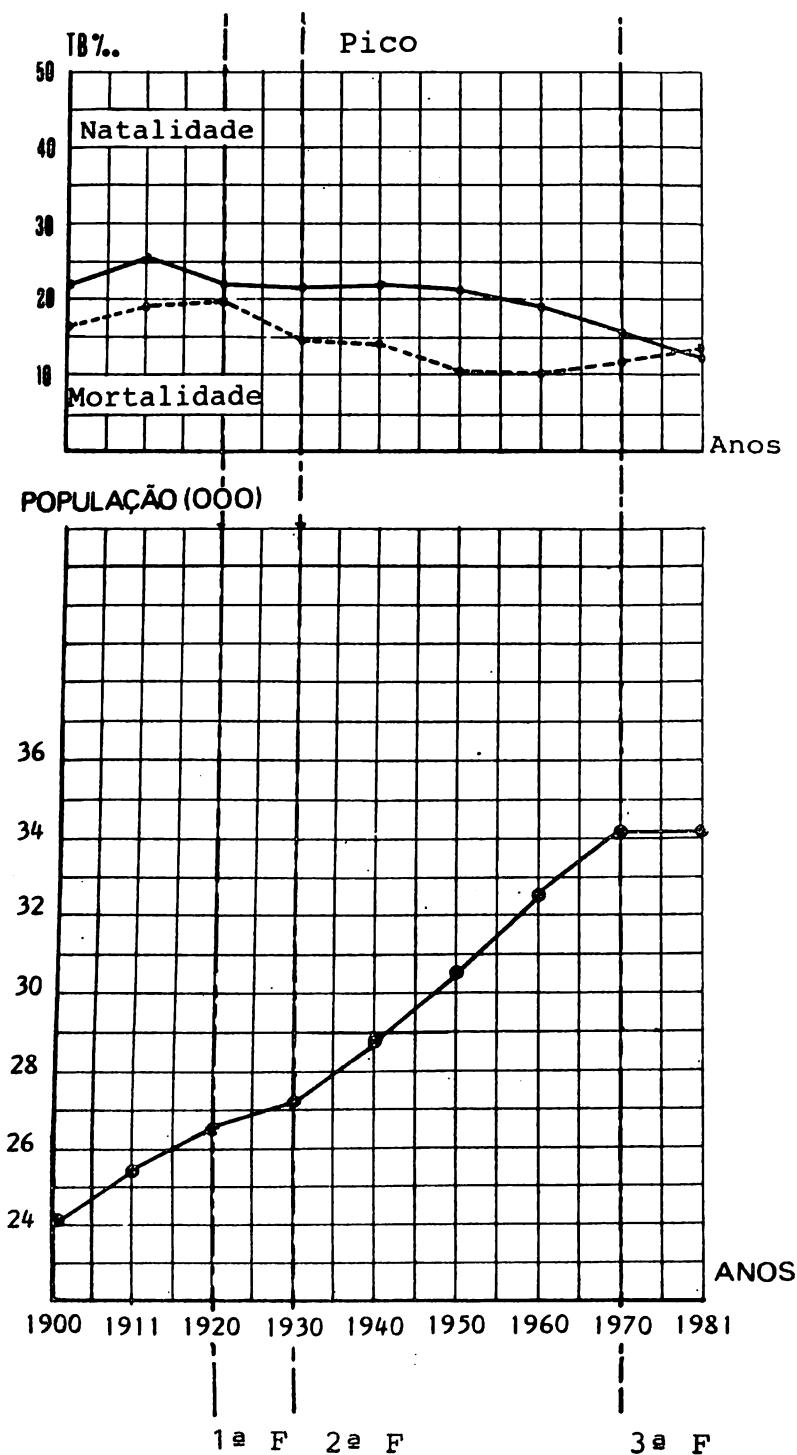
Esta situação está patenteada no Gráfico n.º 9 onde também se pode verificar os baixos valores atingidos pelas taxas brutas de mortalidade e natalidade ao longo de todo o período.

Em 1940 a fecundidade legítima na ilha do Faial é já bastante baixa, semelhante à observada em 1981 com um Ig de, respectivamente, 0,376 e 0,320<sup>49</sup>. Não obstante um ligeiro acréscimo em 1960 e 1970, cremos que o declínio da natalidade tem o seu início já na década de trinta, apesar dos valores da TNB não indicarem grandes alterações, mantendo um quantitativo relativo e comparativamente elevado até aos últimos anos, como se pode observar no Gráfico n.º 10.

<sup>47</sup> Cf. Anexo II.  
<sup>48</sup> Cf. Anexo III.  
<sup>49</sup> Cf. Anexo V.

GRÁFICO N.º 9

Modelo de transição na Ilha do Pico



O declínio da mortalidade parece verificar-se sensivelmente na mesma época. No entanto, este apresenta um ritmo de diminuição mais acentuado, o que provoca um ligeiro acréscimo populacional que, também, nunca atinge uma taxa de 1% por ano.

Com uma natalidade que não apresenta diferenças significativas ao longo dos últimos decénios, o Faial, que inicia relativamente cedo a transição demográfica, parece entrar na fase de estabilidade no princípio dos anos oitenta.

Nesta ilha, o processo de transição demográfico pode, pois, ser considerado precoce, com uma duração de cerca de 50 anos e onde os dois fenómenos apresentam uma tendência de declínio quase simultânea, não havendo, portanto, grande diferença entre a 1.ª e a 2.ª fase de transição demográfica.

Numa perspectiva regional, as Flores é uma das ilhas onde o início da transição também parece precoce, porventura anterior ao ano de 1940. Entre 1920 e 1930 a TBM<sup>50</sup> passa de 26,1‰ para 14,2‰ como se constata no Gráfico n.º 11 e a esperança de vida à nascença ultrapassa os 50 anos nesta última data<sup>51</sup>.

Por outro lado, a TBN passa de 28,0‰ para 19,9‰ no mesmo período<sup>52</sup>. Embora este indicador volte a apresentar um valor elevado em 1940 — 25,9‰, o mesmo não acontece com o Ig que regista quantitativos de 0,778, 0,482 e 0,5, respectivamente em 1920, 1930 e 1940<sup>53</sup>. Porém, esta situação mantém-se praticamente estável até 1970, altura em que se volta a observar um novo decréscimo.

O aumento populacional é mais significativo entre 1930 e 1960, com uma taxa de crescimento anual médio de sensi-

<sup>50</sup> Cf. Anexo I.

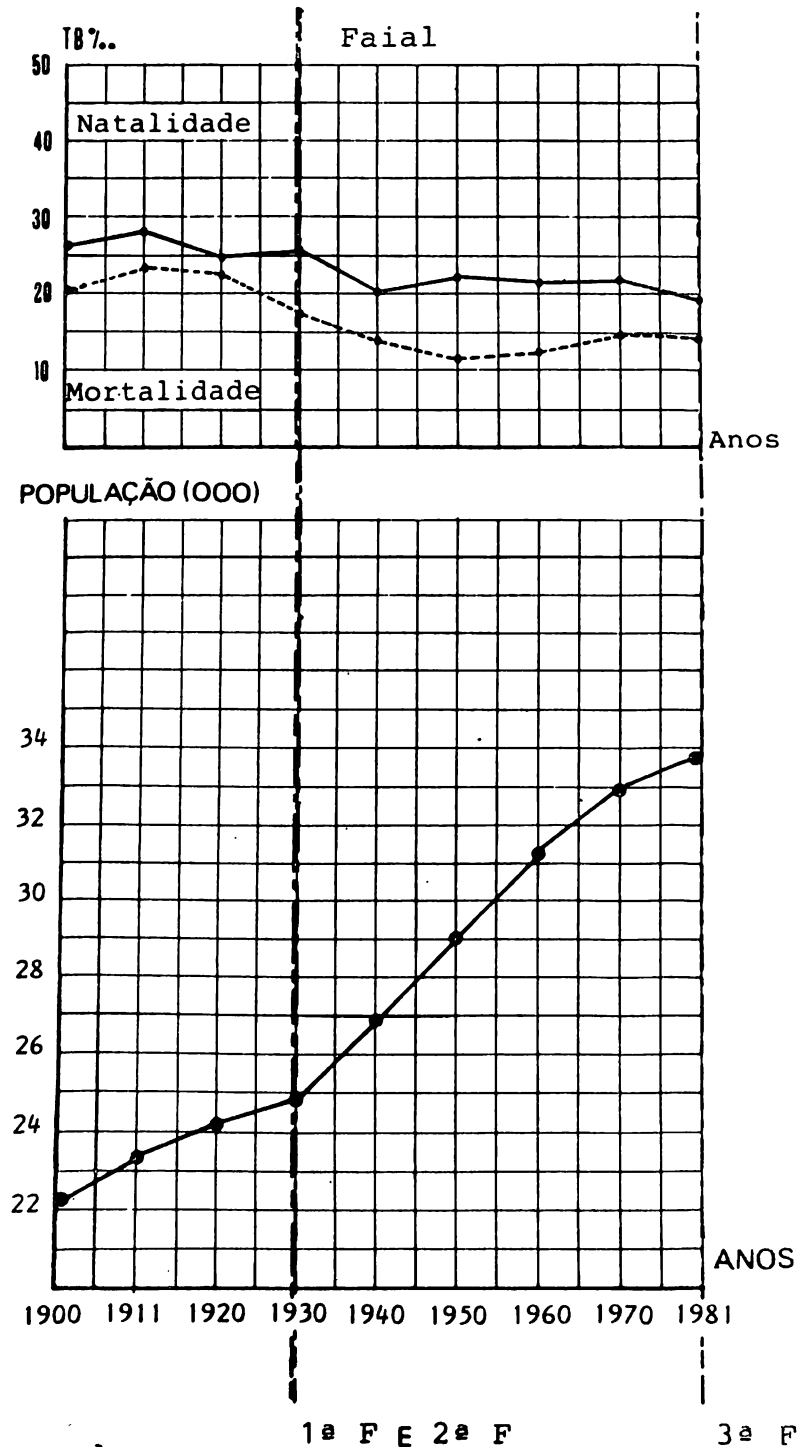
<sup>51</sup> Cf. Anexo II.

<sup>52</sup> Cf. Anexo IV.

<sup>53</sup> Cf. Anexo V.

GRÁFICO N.º 10

Modelo de transição na Ilha do Faial



velmente 1%, quando o declínio da mortalidade é mais acentuado do que o da natalidade.

No último decénio, a evolução do movimento natural da população caracteriza-se por uma situação que podemos considerar de estabilidade, tal como acontecia no início do século.

Tal como noutras ilhas, as Flores parecem não só ter iniciado, como provavelmente terminado, mais precocemente o processo de transição demográfica, não patenteando, ainda, diferenças significativas nos períodos de declínio da mortalidade e da natalidade, como se pode observar no Gráfico n.º 11.

A todas as dificuldades que referimos para uma análise adequada da transição demográfica, temos que acrescentar, quando falamos do Corvo, as que respeitam à especificidade do seu pequeno efectivo populacional, responsável pelas oscilações que apresentam os indicadores demográficos.

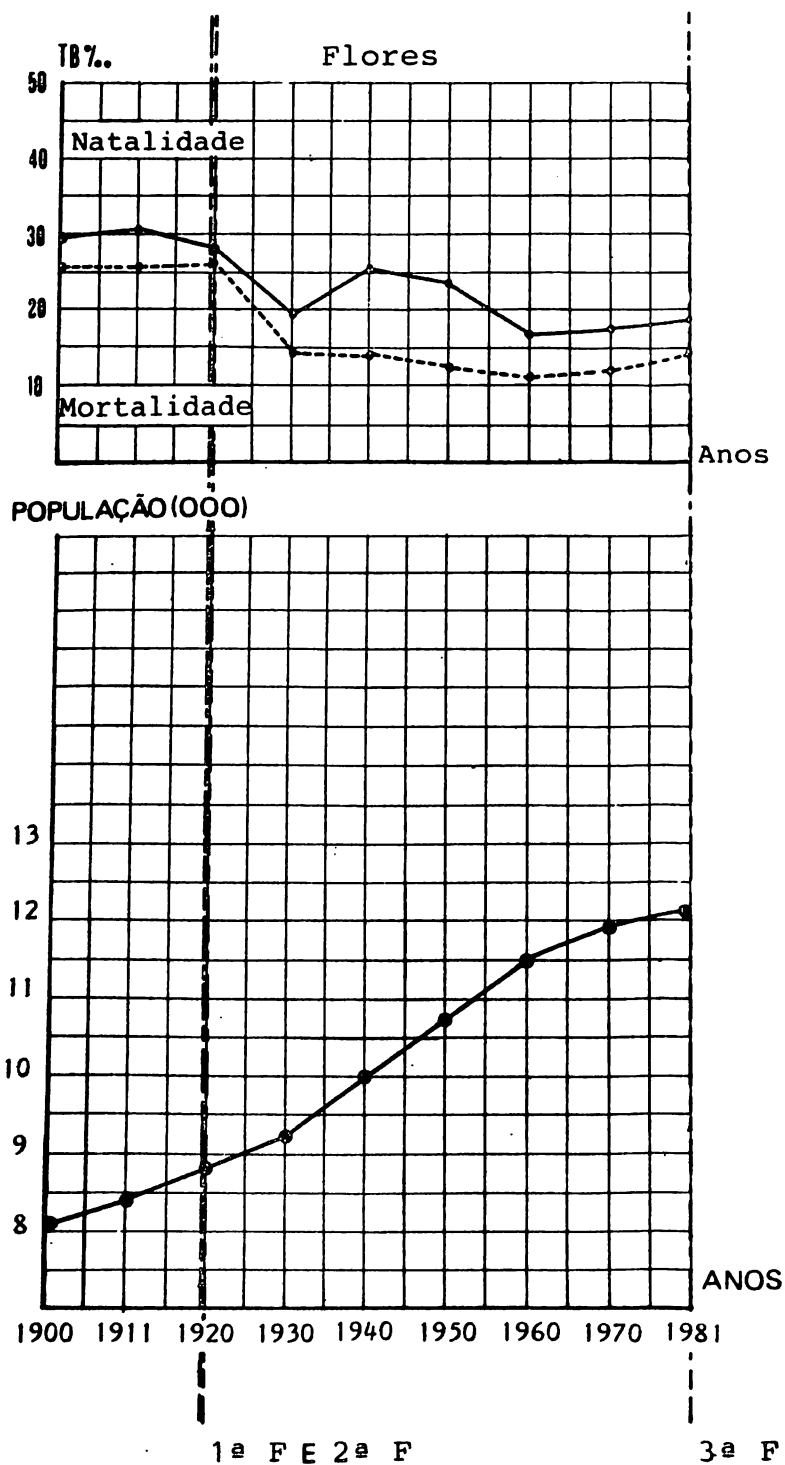
Este facto não obsta, porém, a que não tentemos uma análise da evolução das variáveis responsáveis pelo movimento natural da população de uma ilha que, neste século, já perdeu mais de metade da sua população.

O declínio da mortalidade parece iniciar-se nos anos quarenta simultaneamente com o da natalidade, embora com um ritmo mais acentuado no primeiro destes fenómenos. A partir de 1960 a situação estabiliza-se, registando as duas variáveis quantitativos bastante aproximados, como se pode observar no Gráfico n.º 12.

Após a análise do processo de transição demográfica de cada uma das ilhas, pensamos estar em condições de responder à questão inicialmente formulada, ou seja, saber como se insere o arquipélago numa teoria explicativa da evolução da população.

GRAFICO N.º 11

Modelo de transição na Ilha das Flores



Assim, podemos afirmar que os valores da mortalidade na totalidade das ilhas açorianas, são inferiores aos normalmente encontrados no período de pré-transição. Não devemos, no entanto, considerar que no início do século XX, os Açores já se encontrem em plena primeira fase de transição. Por outras palavras, o declínio da mortalidade não ocorreu, de forma significativa, durante o século XIX, como aliás acontece, também, para a globalidade do país.

A razão de encontrarmos quantitativos um pouco mais baixos é, quanto a nós, consequência de uma deficiente informação estatística combinada com importantes efeitos de estrutura, que inviabilizam o poder comparativo dos indicadores clássicos, já que é, fundamentalmente, através das taxas brutas que se baseia a teoria da transição demográfica.

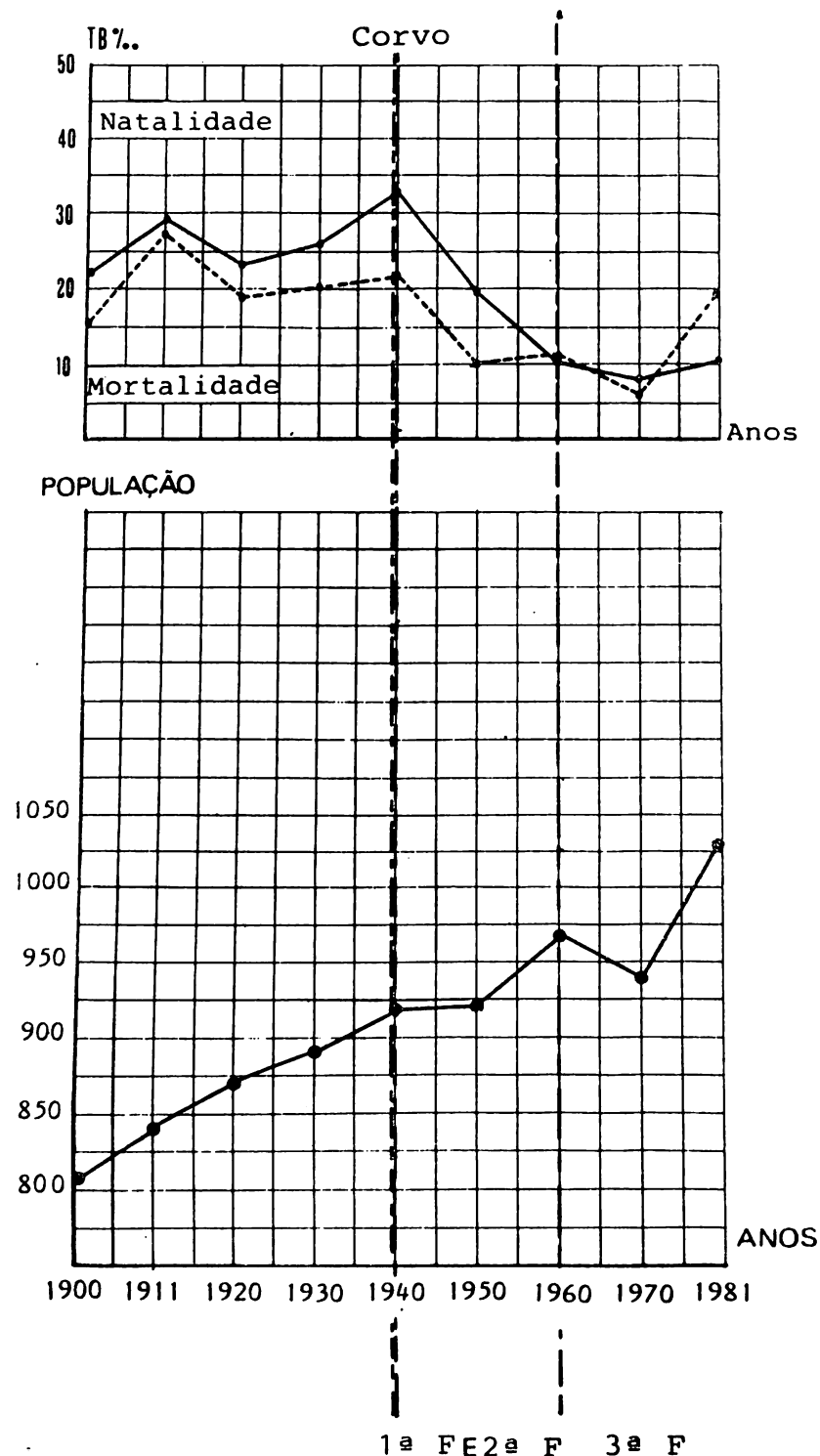
Na realidade, os efeitos de estrutura são relevantes durante todo o período em análise, principalmente no princípio do século, época em que as migrações são bastante expressivas. Sabemos que o fluxo migratório dos finais do século XIX princípios do século XX, não respeita unicamente aos Açores e são importantes em praticamente toda a Europa, quando esta inicia ou está na primeira fase do processo transitório. Porém, a pequenez de efectivos introduz grandes flutuações que se reflectem consequentemente, e de um modo muito particular no equilíbrio estrutural da população açoriana, quer a nível etário quer de sexo.

Neste contexto, a análise do comportamento desta variável microdemográfica, aponta para uma situação de início do processo de transição por volta dos anos trinta, quarenta. É evidente que esta primeira fase não é simultânea em todas as ilhas, mas acreditamos que, principalmente, a década de quarenta é um ponto de referência global bastante importante.

No que concerne à segunda fase da transição, tudo indica, pelas mesmas razões e com as mesmas precauções

GRÁFICO N.º 12

Modelo de transição na Ilha do Corvo



em relação à análise regional, que o seu início respeita à década de sessenta.

Afirmar que nos Açores, ou melhor, que em algumas das suas ilhas, já encontramos os sinais de uma terceira fase, é algo que é difícil responder a nível de macroanálise. Em alguns casos já observamos uma relativa estabilidade, mas não sabemos se ela é ou não consequência de um efeito estrutural e se a situação é consistente com o novo modelo que chamamos de pós-transição. Em todo o caso, parece-nos legítimo poder afirmar que os Açores apresentam uma transição demográfica tardia, porque iniciada em meados do século, e que parece relativamente intensa, com uma duração provável de 50 anos.

Não gostaríamos, no entanto, de terminar este trabalho sem proceder a uma última referência sobre a existência dos diferentes «tempos» de transição observados nas várias ilhas. Uma vez que é a «modernização» o elemento motor de todo o processo de transição, as variações encontradas podem corresponder a diferentes níveis de desenvolvimento. Este aspecto necessita, porém, de um estudo aprofundado do comportamento da população, dos seus determinantes, questão que consideramos extremamente importante para um melhor conhecimento da realidade açoriana, da sua evolução, onde a valorização dos vários elementos intervenientes, quer a nível histórico, económico, social ou cultural, podem ser, porventura, diferenciados.

## A N E X O S

## ANEXO I

Taxas brutas de mortalidade nas ilhas dos Açores,  
por decénios, de 1900 a 1981

<i>Ilhas</i>	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Sta. Maria	15.4	17.4	23.3	16.6	17.0	16.5	8.0	8.3	10.9
S. Miguel	24.7	26.3	28.2	21.0	18.3	13.7	11.9	11.5	10.4
Terceira	19.5	27.6	24.3	20.3	17.0	15.6	13.3	10.7	11.8
Graciosa	24.4	26.4	21.3	16.6	14.2	12.4	12.8	13.5	14.9
S. Jorge	16.4	19.1	22.2	19.5	16.5	13.9	11.5	11.0	13.2
Pico	16.9	19.5	20.2	14.8	14.5	10.7	10.3	11.3	12.9
Faial	20.3	23.9	22.9	17.3	14.1	11.5	12.4	14.5	13.9
Flores	25.5	25.3	26.1	14.2	14.2	12.7	11.1	11.7	13.9
Corvo	15.6	27.4	19.3	20.0	22.5	10.0	11.4	5.8	19.0

## ANEXO II

Esperança de vida à nascença nas ilhas dos Açores,  
por decénios, de 1900 a 1981

<i>Ilhas</i>	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Sta. Maria	48.7	46.3	46.3	48.7	48.7	53.5	63.2	65.6	68.1
S. Miguel	44.0	41.6	41.6	46.3	48.7	55.8	58.1	60.6	65.6
Terceira	46.3	41.6	46.3	46.3	48.7	53.5	55.8	63.2	68.1
Graciosa	44.0	41.6	44.0	48.7	53.5	55.8	58.1	65.6	65.6
S. Jorge	48.7	46.3	46.3	46.3	51.1	55.8	63.2	63.2	65.6
Pico	48.7	46.3	46.3	51.1	58.1	63.2	65.6	68.1	70.5
Faial	48.7	44.0	46.3	48.7	53.5	58.1	60.6	63.2	68.1
Flores	44.0	44.0	44.0	51.1	53.5	58.1	63.2	65.6	68.1
Corvo	44.0	41.6	44.0	44.0	46.3	53.5	58.1	63.2	68.1

## ANEXO III

Taxas de mortalidade infantil nas ilhas dos Açores,  
por decénios, de 1940 a 1981

<i>Ilhas</i>	1940	1950	1960	1970	1981
Sta. Maria	280	200	78	41	23
S. Miguel	206	153	104	70	33
Terceira	203	185	144	47	25
Graciosa	149	144	131	99	40
S. Jorge	168	129	90	47	39
Pico	98	62	48	40	22
Faial	137	93	60	59	28
Flores	137	101	79	72	21
Corvo	87	*	*	*	39

\* Dada a pequenez de efectivos os valores não são calculáveis.

## ANEXO IV

Taxas brutas de natalidade nas ilhas dos Açores,  
por decénios, de 1900 a 1981

<i>Ilhas</i>	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Sta. Maria	29.5	29.3	29.1	26.2	25.8	40.6	32.3	18.9	18.7
S. Miguel	37.6	39.3	38.9	32.6	29.4	31.9	34.6	29.6	24.1
Terceira	33.5	33.5	30.6	27.7	23.9	29.2	30.9	19.9	19.1
Graciosa	30.0	30.0	24.5	30.0	23.4	23.6	24.4	17.9	14.1
S. Jorge	21.5	21.2	24.0	28.9	27.1	28.1	26.5	20.0	16.9
Pico	22.6	25.8	22.4	22.1	22.3	21.5	19.9	15.8	13.0
Faial	26.6	28.0	25.0	25.9	20.5	22.0	21.4	22.2	18.2
Flores	29.8	30.8	28.0	19.9	25.9	16.7	16.8	17.4	16.5
Corvo	22.8	29.2	23.4	25.4	33.6	19.9	10.6	8.0	12.8

## ANEXO V

**Índice de fecundidade legítima (índices de COALE)  
nas ilhas dos Açores, por decénios, de 1900 a 1981**

<i>Ilhas</i>	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Sta. Maria	0.668	0.640	0.676	0.577	0.502	0.634	0.499	0.366	0.315
S. Miguel	0.811	0.766	0.785	0.623	0.571	0.587	0.590	0.593	0.448
Terceira	0.745	0.713	0.681	0.557	0.472	0.491	0.429	0.366	0.319
Graciosa	0.643	0.645	0.505	0.524	0.367	0.357	0.338	0.319	0.270
S. Jorge	0.558	0.605	0.661	0.612	0.532	0.561	0.486	0.411	0.326
Pico	0.638	0.661	0.597	0.516	0.426	0.374	0.346	0.318	0.248
Faial	0.745	0.626	0.552	0.503	0.376	0.382	0.414	0.446	0.320
Flores	0.761	0.745	0.778	0.482	0.500	0.414	0.377	0.340	0.230
Corvo	0.730	0.828	0.654	0.678	0.665	0.299	0.242	0.184	0.275

## ANEXO VI

**Taxas de crescimento natural anual médio nas ilhas dos Açores,  
por decénios, de 1900 a 1981**

<i>Ilhas</i>	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Sta. Maria	1.0%	1.0%	1.1%	1.3%	1.6%	2.3%	1.5%	0.6%
S. Miguel	1.0%	1.1%	1.3%	1.4%	1.5%	1.9%	1.9%	1.4%
Terceira	1.0%	0.7%	0.6%	0.8%	1.1%	1.7%	1.3%	0.7%
Graciosa	0.3%	0.4%	1.1%	1.1%	0.7%	1.0%	0.7%	0.0%
S. Jorge	0.3%	0.2%	0.4%	1.1%	1.3%	1.4%	1.1%	0.4%
Pico	0.6%	0.5%	0.3%	0.8%	0.8%	0.9%	0.8%	0.0%
Faial	0.4%	0.4%	0.5%	0.9%	0.9%	0.9%	0.8%	0.4%
Flores	0.3%	0.6%	0.6%	1.0%	1.0%	0.9%	0.6%	0.3%
Corvo	0.4%	0.4%	0.3%	0.4%	0.1%	0.6%	0.3%	0.5%